

O Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, panteão régio (1318-1322)

Giulia Rossi Vairo

Em 1318, os soberanos D. Dinis e D. Isabel decidiram fazer do Mosteiro cisterciense de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, fundado à volta de 1295, nos arredores de Lisboa, o novo panteão familiar e régio, em alternativa à Abadia de S. Maria de Alcobaça, que, até àquela altura, tinha recebido os restos mortais de numerosos membros da família real.

O novo panteão régio teve vida breve, devido ao rebentar da guerra civil (1319-1324) que alterou para sempre, e em profundidade, as relações no interior da família real. Apesar de tudo, e durante alguns anos (pelo menos de 1318 a 1322), o Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas exerceu, para todos os efeitos, estas funções.

O primeiro expoente da família real a ser sepultado no Mosteiro foi o infante D. Dinis, filho dos futuros reis, o herdeiro ao trono D. Afonso e a princesa Beatriz de Castela. Nascido a 12 de Fevereiro de 1317, baptizado pelo avô, criado no paço do rei, morreu ao findar o primeiro ano de idade.

Para ele, foi realizado um túmulo que, ainda hoje, se conserva numa capela lateral da igreja de S. Dinis de Odivelas. Durante alguns anos, esta obra representou um verdadeiro enigma para os historiadores da arte, devido às dificuldades ligadas à identificação do seu destinatário.

Na realidade, a leitura e interpretação correctas do monumento do infante de Odivelas, revela-se fundamental não somente para compreender a evolução da arte tumulária no primeiro quartel do século XIV, mas também para fazer luz sobre as problemáticas ligadas à sua encomenda.

Palavras-chave: Mosteiro cisterciense de S. Dinis; S. Bernardo de Odivelas; Infante D. Dinis (1317-1318); Tumulária; Memória.